

torização para entrar no Vale do Javari, pastores evangélicos surgem na cidade para que estes levem a mensagem e regressem com outros convertidos. A catequização é vista com preocupação por lideranças locais.

O interesse é o de esvaziar as aldeias em nome da fé dos brancos. Os templos evangélicos existem às dezenas na pequena Atalaia do Norte, inclusive liderados por estrangeiros. Um casal de pastores norte-americanos é célebre na cidade, mas ambos se recusaram a dar entrevistas para explicar motivações, crenças e propósitos.

#### Situação de crise Além de serem vítimas de variedade de violências, indígenas ficam expostos ao assistencialismo

Há três anos na cidade, o indígena Burano Shabac Mayoruna, de 24 anos, tem na parede da casa de madeira onde vive um conjunto de passagens bíblicas e cumprimentos evangélicos que lhe foram ensinados. Tudo está em português, apesar de livros do Novo Testamento também já serem oferecidos em sua língua materna. “Na aldeia tem escola até o ensino fundamental. Muitos jovens vêm porque não tem como terminar o ensino médio e ter profissão. A gente perde os anos, não dá pra terminar cedo”, diz o mayoruna. O jovem tenta se capacitar como técnico em enfermagem por acreditar que o ofício será útil na floresta, para onde diz que pretende voltar um dia, depois de formado.

Enquanto providência o diploma, trabalha durante a semana como tradutor do atendimento do Cadastro Único. Fluente no mayoruna, no matis e no português, Burano também entende a língua dos marubo e dos korubo. Cabe a ele receber e orientar outros nativos que chegam à cidade em busca de benefícios sociais. Aos finais de semana, ele faz bicos de marcenaria e dedica-se à igreja. “Jesus nos dá força, força, conhecimento”, afirma.

É comum que indígenas saiam das aldeias para estudar e não voltem mais, especialmente aqueles que cresceram com algum contato com brancos e que foram atraídos pelo mundo que lhes aparece pelo celular e pela televisão. A opção de viver as injustiças das cidades soa mais atraente do que a de lidar com a dureza das aldeias.

Aos 13 anos, Bushe Matis deixou pais e irmãos na aldeia Aurélio e seguiu para Atalaia do Norte com um tio, levado por uma ONG internacional para uma capacitação como agente

de saúde. Aos 35, nunca mais voltou a viver como seus antepassados. “Quando a gente já nasceu olhando as culturas dos brancos, tem de ter educação boa. Antes, o indígena era nômade, tinha uma roça aqui e outra ali. Ia plantando e descia colhendo. Agora não é mais assim. Então precisa de uma estrutura pessoal, barcos, motores, precisa de uma camisa. Para ter isso é de que forma? Tem que correr atrás de alguma coisa, de um conhecimento. Já que estamos contactados, precisamos usar a tecnologia do branco, temos que buscar conhecimento, capacitação, formação, trabalho”, afirmou.

Mas conseguir trabalho na região é um problema. A mudança de Bushe para a cidade ocorreu nos idos de 2000, época da demarcação da terra indígena Vale do Javari, no governo de Fernando Henrique Cardoso. A medida gerou animosidades com ribeirinhos e moradores da cidade. Com a demarcação, o território estava formalmente “trancado” para a exploração dos brancos, que reclamaram de prejuízos e passaram a não ver com bons olhos os nativos na cidade. “Eu nem andava na rua, senão era surrado. Depois de um tempo, Atalaia viu que demarcação foi boa, porque coibiu colombianos e peruanos que tinham mais dinheiro para explorar. A cidade aproveitou o entorno da terra indígena. Então passaram a entender que tinha de tratar o índio melhor.”

Na cidade, um pastor batista foi importante na adaptação de Bushe. O indígena conta que recebeu ensinamentos sobre a importância do trabalho e da família, e ainda sobre a importância de ir para longe do álcool. “Quando eu estava sem saída, a quem recorrer?” Depois, incomodou-se com a proliferação de diversas igrejas diferentes e concluiu que era melhor afastar-se de todas.

**ACADEMIA.** Em seguida, Bushe se aproximou de antropólogos e pesquisadores estrangeiros que decidiram bancá-lo em uma faculdade de Administração em Goiânia (GO). Formado, não conseguiu trabalho e voltou para Atalaia, onde cria os cinco filhos. Quatro homens e Maria Vitória, de 1 ano. “Nessa região do interior do Amazonas é muito difícil. Não tem empresas legalizadas, com CNPJ, não tem algo que precise de uma mão de obra. As únicas coisas são os serviços, a prefeitura e a Funai”, explica. ●

## Favelização agravada abre brechas para tráfico e milícia

**Em 20 anos, população de Manaus cresceu 47%, em parte por atrair migrantes dos rincões em busca de melhores condições de vida**

A chuva forte na periferia de Manaus (AM) não atrapalhou os planos de Cristina Quirino, de 28 anos, para o almoço especial de domingo. O caldo de galinha caipira é preparado em um panelão colocado sobre uma fogueira improvisada no fundo da casa de alvenaria onde vive com o marido e o filho. A receita tem inspirações colombianas trazidas da região de Belém dos Solimões, na fronteira com a Colômbia, de onde a indígena ticuna partiu em busca de oportunidades.

A chegada foi dura. Logo engravidou de Roney, de 5 anos, e o objetivo principal, de tentar algum estudo profissionalizante, ficou no papel pelos primeiros três anos. Aos poucos, conseguiu um curso técnico em análises clínicas e depois uma bolsa na faculdade de farmácia. Parte dos custos é arcada com o dinheiro que o irmão consegue com a venda de frutas em Tabatinga. A história de Cristina é semelhante a de milhares de indígenas que saíram de aldeias do Amazonas para viver no Parque das Tribos, em Manaus.

Essa comunidade localizada na região do Tarumã-Açu é resultado de uma migração iniciada nos anos 1980 por indígenas baré e kokama, contribuindo para o “boom” populacional de Manaus provocado pela criação da Zona Franca. Os que não eram absorvidos pelo mercado de trabalho ao menos tinham área para roças. Quase 50 anos depois, o território continua acolhendo indígenas e não indígenas atraídos pelo sonho de uma vida melhor na cidade grande.

Trata-se de um pequeno retiro do exodo dentro da capital. Oficialmente reconhecido em 2014, o local abriga cerca de 850 famílias de descendentes de 32 etnias, segundo as pesquisas mais atuais. São pelo menos 4,5 mil pessoas. A comunidade indígena dentro da capital tem todos os aspectos de uma favela: ruas sem pavimentação, falta de saneamento básico, barracos amontoados, inúmeras igrejas evangélicas, conflitos por pontos de droga e maioria trabalhadora que encontrou ali o único lugar possível para fazer moradia.

Recentemente, a polícia delatou o embrião de uma milícia na comunidade. O grupo criminoso “grilava” terras e



Cacica Lutana teme perda de identidade motivada pelo preconceito

vendia lotes para pessoas muito simples. Em seguida, surgia cobrando taxa de segurança, luz e água. Quem não pagava era roubado, tinha casas incendiadas ou sofria atentados. O esquema, segundo a polícia, começou a funcionar pouco depois da constituição do bairro, em 2015, e as primeiras prisões ocorreram em 2021.

No bairro das tribos, são comuns as empregadas domésticas, os pedreiros e os carpinteiros. “E tem muitos parentes (forma de os indígenas se referem a eles mesmos) que preferem dizer lá fora que não é índio, que só a mãe, o pai e a avó são. Sempre existe um preconceito, uma parte que nos discrimina por achar que não podemos morar em uma casa de alvenaria, usar um relógio, um cordão. Os falantes da língua

#### Parque das Tribos Bairro abriga cerca de 850 famílias de descendentes de 32 etnias, segundo as pesquisas mais atuais

são zombados por falar a língua dentro do ônibus, por exemplo. O venezuelano não é, mas nós somos”, diz Lutana Kokama, que se apresenta como cacica-geral e liderança da Associação Indígena e dos Moradores do Parque das Tribos. A liderança de Lutana é uma herança do pai, pioneiro na ocupação da área.

**DIPLOMADA.** A mais de 1 mil quilômetros do Parque das Tribos, mais uma indígena ticuna desce o Rio Solimões em direção à periferia de Manaus, a contragosto. Luciane Samias Forte, de 32 anos, gosta da vida que leva em Benjamin Constant, onde se formou em Antropologia pela Universida-

de Federal do Amazonas (UFAM), pesquisando os hábitos e a história dos kokamas.

O contato desse povo com os brancos, desde o início da colonização, provocou um fenômeno de negação da própria identidade. Os kokamas abdicaram da cultura para tentar frear o extermínio. Aos poucos, eles abriram mão de falar a própria língua por causa da violência. O movimento de resgate da identidade do povo que habita o Alto Solimões é recente, data dos anos 1980, graças a um reencontro dos kokamas com ticunas como Luciane. O trabalho permanente de preservação do idioma, a adaptação nas escolas das comunidades e a transmissão de conhecimentos culturais às novas gerações são temas das pesquisas da universitária.

A ida para Manaus é em busca da qualificação para o mercado, etapa dos estudos que não encontra na cidade onde preferia morar. “Não gosto muito de Manaus, gosto muito de Benjamin Constant. Mas onde eu vou morar dependo do mercado de trabalho”, diz. Para se manter, tinha à disposição uma bolsa de estudos de R\$ 1,6 mil.

Não é a primeira vez que o interesse pelos estudos tira a indígena da floresta. Aos 13 anos, ela deixou a comunidade de Cidade Nova com os irmãos para viver com familiares em Benjamin Constant.

“A gente faz isso para ter educação melhor. Na comunidade não tinha ensino médio nem fundamental”, conta. O futuro é uma incógnita. Serão alguns dias em Manaus, hospedada por amigos, com a ideia de voltar para a fronteira. Mas ciente de que a vontade de costume ser a realidade que se impõe. ● v.f.